

Plano Possível

JORNAL DO BRASIL

Depois de vários anos de negociação, com sucessivas greves e troca de acusações, entre professores e governo, finalmente, o Plano de Cargos e Salários da Educação, foi sancionado pelo governador Joaquim Roriz. Estão em vigor regras claras para a progressão funcional e correção dos vencimentos dos quase 60 mil profissionais que atuam ou se aposentaram na rede pública de ensino do DF. A partir do próximo mês, o menor salário de um professor, com jornada de 20h semanais, será de R\$ 987,87 (quatro salários mínimos). Quem começa com uma carga de 40 horas semanais ganhará R\$ 1.349,47.

A proposta embute ainda estímulos à melhoria da capacitação profissional dos docentes. Cursos de especialização, mestrado e doutorado, além do grau de dedicação do profissional somam a seu favor na escala de ascensão funcional, dentro da estrutura da carreira de magistério.

A formatação do plano desagradou o Sindicato dos Professores. A entidade

queria correção anual e não trienal dos salários como está fixado na proposta sancionada. A indignação é justa, pois não estaria o Sinpro cumprindo com o seu papel, como representante de uma categoria, se viesse a concordar plenamente com a proposta governamental. Mas, na avaliação do governo, essa correção anual dos salários implicaria despesa insuportável pelo caixa do Distrito Federal, o que poderia, no futuro, resultar em não pagamento dos salários.

Não há dúvida de que o professor merece, pela responsabilidade que tem na formação das crianças e dos jovens, melhores salários e condições de trabalho. São elementos indissociáveis para uma escola com a qualidade desejada por todos. No entanto, as limitações financeiras do Estado não podem ser negadas, mesmo porque não são restritas ao Distrito Federal. E cabe ao Estado não somente prover a Educação. Há outras atribuições que lhe são atinentes e que, igualmente, exigem investimentos públicos.